

# ARMADORES E ARMAÇÃO DE IGREJAS, NA CIDADE DO PORTO, NOS SÉCULOS XIX E XX:

## EFEMERIDADE E RETABULÍSTICA

NUNO RESENDE\*

**Resumo:** *A problemática da efemeridade em arte tem contemplado quase apenas o barroco e as suas manifestações públicas. Raramente, na historiografia da arte em Portugal, se aborda a metamorfose dos espaços religiosos que a diversidade de materiais e a complexificação dos rituais litúrgicos vinham permitindo desde finais da Idade Média e foi crescendo ao longo da época moderna. Alguns autores portugueses chamaram a atenção para os armadores e a armação de igrejas até ao século XVIII. Neste trabalho propomos, através de fontes escritas e visuais, nomeadamente a fotografia, observar com atenção o labor, perfil e transformação destes oficiais e da sua atividade, na cidade do Porto, nos séculos XIX e XX.*

**Palavras-chave:** *Armadores de igreja; Armação; Efémero; Retabulística.*

**Abstract:** *The problem of ephemerality in art has almost exclusively focussed on the Baroque and its grandiose celebrations for the elite. The metamorphosis of religious spaces that the diversity of materials and the complexification of liturgical rituals had allowed since the end of the Middle Ages and growing throughout the Modern period has rarely been addressed. Some Portuguese authors have drawn attention to «armadores» (Portuguese name for officials who used to hang textiles and other objects in churches for solemnities) and the ornamentation of churches up until the 18<sup>th</sup> century. In this work we propose, through written sources and images, particularly photography, to take a closer look at the labour, profile and transformation of these officials and their activity in the city of Porto, Portugal. in the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries.*

**Keywords:** *«Armadores»; Church ornamentation; Ephemerality; Altarship.*

## INTRODUÇÃO

Escassos na historiografia da arte portuguesa, os trabalhos sobre arte efémera centram-se, sobretudo, no tempo barroco e, em particular, nas festas públicas (Tedim 1999; Milheiro 2003; FCG, org., e Pereira, coord., 2000; Ferreira-Alves 2004). Enfatizam as entradas, os festejos régios, as máquinas e as estruturas temporárias criadas para tais acontecimentos.

Recentemente, porém, a investigadora Maria João Pacheco Ferreira, desenvolveu alguns estudos sobre a relação dos têxteis com o património integrado e arquitetónico (Ferreira 2011) e, em particular, sobre as armações e os armadores de igrejas (Ferreira 2017; Ferreira 2018). A principal função dos armadores era a de criar ambientes efémeros, recorrendo a uma variedade de objetos e materiais, nomeadamente tecidos.

---

\* U. Porto/Faculdade de Letras-DCTP/Investigador integrado do CITCEM (UIDB/04059; DOI institucional: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5548-6608>.

Como a autora evidenciou num trabalho sobre armadores de igrejas em Lisboa nos séculos XVII e XVIII, era uma atividade com bastante significado na organização oficial da cidade, embora não se conheça qualquer regimento corporativo para a mesma (Ferreira 2017, p. 117). Tendo em conta as fontes identificadas por Maria João Pacheco Ferreira, a armação de igrejas constituía um trabalho essencialmente masculino, que podia desenvolver-se no seio familiar (à semelhança de outros ofícios mecânicos), em equipa (a expressão é sua), e que envolvia o manuseamento de têxteis e alfaias religiosas para criação de «projetos artísticos» (Ferreira 2017, p. 122).

Segundo a mesma autora, a referência a armadores surge com frequência na dicionarística da época e em documentação municipal, nomeadamente em posturas que regulamentam o comércio dos tecidos. O seu trabalho parece desenvolver-se, sobretudo, em torno do manuseamento e disposição de têxteis com o objetivo de criar cenografias, associadas aos tempos litúrgicos e comemorações religiosas cívicas. Para o período em estudo, Maria João Pacheco Ferreira debateu-se com a dificuldade em distinguir entre a especialização dos armadores que «intervêm em contexto sacro daqueles que atuam em contexto civil» (Ferreira 2017, p. 117).

No *Vocabulario Portuguez*, Rafael Bluteau distingue entre armadores de barcos e armadores de igrejas — aos primeiros, cabia contratar pessoal para os navios; os segundos, a quem o autor chama oficiais, «com volantes almofadas & outros tecidos», ornavam os templos (Bluteau 1712, vol. I, p. 498). Na entrada armação, Bluteau especifica: «tomase genericamente todo o tecido que se arma nas casas, para ornatto delas, v. gr. pannos de armar, cortinados, Reposteyros, &c.» e, mais adiante, acrescenta: «a armação de uma Igreja. Volantes, almofadas, cubertores, tafetazes, passemans, &c, e com que se armão as paredes, o tecto, as janellas, arcos columnas, &c.» (Bluteau 1712, vol. I, p. 498).

Conquanto para o período e geografia que escolhemos estudar, os séculos XIX e XX na cidade do Porto, tenhamos verificado a versatilidade de certos armadores para assumirem funções em ambos os contextos — civil e religioso —, sentimos, a par com Maria João Pacheco Ferreira, uma dificuldade em aclarar sobre eventuais especialidades destes oficiais. Uma nota interessante, porém, a que encontramos nos almanaques publicados para o Rio de Janeiro da década de 1850, relativa a «armadores de anjos de gala para procissões», «armadores — estofadores e tapeceiros» e «armadores de gala e festividades de Igreja» (Laemmert e Laemmert, ed., 1856, p. 663)<sup>1</sup>. Esta divisão revela a diversidade de funções que podia ser assegurada pela designação, abrangente, portanto, de armadores.

A palavra «armador» chega ao século XX, pela dicionarística, como forma de designar «aquele que se encarrega de dispor os adornos para festas, esp. em igrejas»

---

<sup>1</sup> No anúncio do armador Joaquim Ferreira Lopes pode ler-se: «Incumbe-se de armar igrejas, oratorios, salas e coretos; veste anjos, virgens e Cupidos para procissões. Tambem se incumbe de armar igrejas de preto para officios e setimos dias; aluga pannos de cruz para cemiterios, missas, officios, etc., tanto na côrte, como para fóra della [...]» (Laemmert e Laemmert, ed., 1856, p. 663).

(Houaiss e Villar 2003, p. 814) mas, em dicionários mais recentes, como o *Priberam*, embora se indique «o que dispõe armações; estofador», também se aponta a «pessoa ou agência que trabalha com negócios funerários; agente ou agência funerária» (Armador. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* 2008-2024). Esta última definição parece alinhar com o trajeto que estes oficiais foram seguindo, após a transformação dos espaços eclesiais e a crescente secularização ao longo do século XX.

Num artigo pioneiro, datado de 1892, Sousa Viterbo refere-se à importância dos armadores e dos cerieiros integrando-os na categoria de artistas cuja atividade parecia ameaçada no século XIX (Viterbo 1892). Segundo ele, a expulsão dos frades (refere-se ao decreto de 1834) terminara com as grandes solenidades religiosas e,

*com ellas as opulentas solemnidades ecclesiasticas. As industrias, que mais directamente medravam á sombra do convento, foram declinando também, e hoje, senão estão totalmente aniquiladas, estão numa irremediável decadencia. Entre essas industrias devemos notar especialmente a dos armadores e cerieiros* (Viterbo 1892, p. 275).

O trabalho de Sousa Viterbo chama a atenção para a importância do estudo e salvaguarda desta atividade e foca-se na descrição dos fastos das armações durante o barroco, embora reconheça a continuidade do trabalho no seu tempo o qual, aliás, relaciona com o dos tapeceiros e o dos cerieiros. No seu artigo, Viterbo cita uma memória do século XVII, intitulada *Forasteiro admirado*, da autoria de um carmelita italiano, que traça um elogio ao fasto das armações das igrejas de Lisboa — chegando a comparar aquele trabalho ao da escultura: «Cuidei também serem extravagantes escultores; em cujas mãos os alfinetes parecem buris, pois cõ elles fazem das almofadas, e dos velinhos, quanto de admiravel inventou a escultura» (apud Viterbo 1892, p. 275).

Efetivamente, depois das festividades civis e do crescente aparato destinado às celebrações religiosas, que atingiu o zénite no período barroco, como documentam as fontes escritas e visuais, terá o século XIX, mercê das contingências político-ideológicas, sido de continuidade ou rutura no trabalho de armação de igrejas? E o século XX, o que significou para uma atividade que dependia essencialmente das instituições eclesiásticas, entretanto coartadas nos seus poderes temporal e económico?

Se o estudo do património religioso nos séculos XIX e XX em Portugal não apresenta o alcance dedicado aos séculos anteriores, encontramos-lo, ainda assim, focado na arquitetura, na escultura, na pintura e na continuidade do uso da talha como elemento integrado ou móvel, sobretudo durante o tempo do neoclássico. A arte efémera e todos os aspetos ligados à ornamentação dos espaços eclesiais ficam aquém das reflexões necessárias, adquirindo, inclusive, em tempos mais recentes, uma forma de agressão aos patrimónios móvel, imóvel e integrado. A disposição e exposição de tecidos, vasos com flores e outras plantas, e outras efemeridades, têm sido erradicados dos espaços religiosos, segundo as orientações das mais recentes práticas de conservação patrimonial (Romão e Saldanha 2020, p. 87). Também as mudanças decorrentes do Concílio

Vaticano II determinaram a simplificação do ritual litúrgico, dispensando a utilização de vários tipos de têxteis e outros ornamentos sagrados: «ao promoverem uma autêntica arte sacra, preferiram os Ordinários à mera sumptuosidade uma beleza que seja nobre» (Igreja Católica 1968, p. 715). Como tal, temos hoje uma imagem muito diferente dos interiores das igrejas, outrora marcados pela presença de elementos fixos e permanentes, com uma diversidade polimática, cromática e de texturas.

É, pois, importante refletir sobre esta atividade, observar os itinerários individuais e a inter-relação destes armadores de igrejas e respetivos negócios e estabelecimentos que operaram ao longo dos séculos XIX e XX, procurando explicar o seu desaparecimento, puro e simples, ou a sua reconversão e adaptação às mudanças sociais e religiosas do tempo em que laboravam.

## OS ARMADORES NO PORTO NO SÉCULO XIX

*Armadores do Porto, a igreja toda de crepe, e catafalco, galões de prata franjada, tocheiras de casquinha fornecidas pelas igrejas do concelho.*

Camilo Castelo Branco, *Vulcões de Lama* (1886)

Os armadores de igrejas parecem ter tido um papel destacado na sociedade portuense do século XIX. Os seus trabalhos eram apreciados enquanto cenografias que se comentavam publicamente ao longo do ano, na sequência de notáveis eventos religiosos e manifestações públicas de cariz civil. Assim o inferimos de algumas descrições em literatura da época.

Uma das lembranças sobre armadores de igrejas do Porto é a que Alberto Pimentel regista no seu livro *O Porto ha trinta annos*. Segundo a sua recordação, publicada em 1893:

*a armação das igrejas do Porto, nos funeraes como nas festas, é, por via de regra, sumptuosa. Sempre assim foi. Entrelembro-me das grandiosas exequias que a Mesa da Misericordia mandava celebrar na sua igreja, á rua das Flores, pelos opulentos argentarios que no testamento contemplavam o hospital dos pobres.*

*Ainda hoje há estampas — e na secretaria do hospital existe uma — que reproduzem pela lithographia o esplendor d'essas decorações fúnebres, em que os armadores principaes do Porto, o Lisboa, o José da Silva e o Patricio, caprichavam* (Pimentel 1893, p. 124).

Através de alguns almanaques e anuários comerciais publicados no Porto ao longo da segunda metade do século XIX podemos reconstituir a lista de armadores de igrejas que laboraram na cidade e, possivelmente, fora dela<sup>2</sup> e que sistematizamos na seguinte tabela:

<sup>2</sup> Da *Gazeta de Lisboa*, de 1823, transcrevemos a seguinte notícia «Tudo assim succedeo: destinarão por isso o dia 31 d'Agosto para execução de tão plausivel promessa, que foi desempenhada com esmero, esplendor, e pompa devida a

**Tabela 1.** Lista de armadores de igreja no Porto no século XIX (~1850~1890)

N.º	Nome	Endereço do estabelecimento	1854	1880	1891
1	Agostinho de <b>Oliveira Monteiro</b>	Rua Chã, 15	×		
2	António José Patrício	Rua de Trás, 214	×		×
3	António de <b>Barros Freire</b>	Rua de Santo André, 110		×	×
4	António Ribeiro de Freitas	Rua de Santo António, 161 (1854-1855) Rua da Porta do Sol, 2-3 (1880)	×	×	
5	António dos Santos	Rua de Trás, 169		×	×
6	Delfim da <b>Cruz Lima</b>	Rua de Trás, 179		×	
7	Domingos José <b>Moreira Lisboa</b>	Largo dos Mártires da Pátria, 16	×		
8	Francisco de <b>Oliveira Monteiro</b>	Rua Chã, 8		×	×
9	João Bernardino Pinheiro	Rua de Trás, 202	×		
10	João de <b>Barros Freire</b>	Rua dos Mercadores, 102		×	
11	João <b>Teixeira Marinho</b>	Campo dos Mártires da Pátria, 32		×	×
12	João de Sousa e Silva	Vielas do Ferraz, 2		×	
13	Joaquim José <b>Moreira Lisboa</b>	Campo dos Mártires da Pátria, 145		×	
14	Joaquim Pinto de Barros	Rua dos Mártires da Liberdade, 208			×
15	José António da Costa	Rua da Senhora de Agosto, 17	×		
16	José Augusto da Silva	Rua dos Caldeireiros, 233			×
17	José Maria da Silva	Rua dos Mercadores, 59		×	×
18	José Marques da Costa Viseu	Rua dos Mercadores, 169		×	
19	José Ribeiro de Freitas	Avenida de Saraiva de Carvalho, 69			×
20	José da Silva	Rua da Ferraria de Cima, 197 (1854-1855) Rua dos Caldeireiros, 233 (1880)	×	×	
21	Manuel José Coelho de Meireles	Avenida da Boavista, 385			×
22	Manuel José Lourenço Pina	Rua de Santo Ildefonso, 191		×	×
23	Manuel José dos Santos Leite	Praça do Exército Libertador, 68			×
24	Manuel <b>Teixeira Marinho</b>	Rua da Torrinhã, 69	×		
25	Manuel Vieira Borges	Mártires da Liberdade, 195 Rua do Almada, 330 (1892)		×	×
26	Pina & Filho	Rua de Santo Ildefonso, 191			×
27	Rita da Conceição Caterna	Campo dos Mártires da Pátria, 131			×
28	Viúva de <b>Delfim da Cruz Lima</b>	Rua de Trás, 179			×
29	Viúva Lisboa	Campo dos Mártires da Pátria, 135			×
30	Viúva [de <b>Teixeira Marinho</b> & Filhos (armadores da Casa Real, 1880)	Rua da Torrinhã, 125		×	×

Fonte: Sousa, ed., 1854; Paiva 1880; Paiva 1891

tão sagrado e augusto ministerio, fazendo ornar a Igreja com riqueza, aceiõ e delicadeza, por armadores vindos do Porto, que executarão sua arte, e com gosto no desempenho, collocando no arco cruzeiro as Reaes Effigies de Suas Magestades, com dous Anjos àtater, hum com o Real Sceptro, e outro com a Coroa. Fizerão armar o majestoso Altar, em que se collocou, e foi venerada à Virgem Nossa Senhora, que para este fim foi trasladada da sua Capella para a Igreja Matriz de Vouzella: igualmente armárão Coreto para Musica vocal, e instrumental, bem como Tribuna para o Senado, collocando por cima delle as Illeaes Armas de S. Magestade, tudo armado a damascos, veludos e setins de diferentes côres, e guarnecidos com delicadeza a volantes e galões de ouro e prata» ([S.a.] 1823, p. 1650).

A repetição de apelidos (a negrito, na tabela: Barros Freire, Moreira Lisboa, Oliveira Monteiro e Teixeira Marinho), assim como a permanência do negócio depois da morte do armador principal (os casos das Viúvas de Delfim da Cruz Lima, Moreira Lisboa e Teixeira Marinho) sugerem que o ofício transitava e, provavelmente, era ensinado de geração para geração, ao modo dos ofícios mecânicos. Tal o sugere Maria João Pacheco Ferreira para a Lisboa dos séculos XVII e XVIII. Aliás, entre as centenas de oficiais de «artes liberais e fabris» que o padre Agostinho Rebelo da Costa assinala no Porto, encontravam-se os «armadores de igrejas» (Costa 1788, p. 236), testemunho da importância desta atividade entre o oficialato urbano de Setecentos.

Também a prevalência de estabelecimentos na freguesia da Vitória, nas ruas de Trás, dos Caldeireiros, Ferraria de Cima, Campo dos Mártires da Pátria e Viela do Ferraz parece indicar uma concentração urbana deste ofício. Tal concentração parece ler-se nas entrelinhas do texto de Firmino Pereira quando, em 1914, descreve o bulício no Campo do Olival (atual Praça de Lisboa): «encostados ao botequim do Adães, os galegos, em mangas de camisa, esperavam os fretes dos armadores do bairro, — o José da Silva, o Lisboa, o Delfim» (sublinhado nosso) (Pereira 1914, p. 8).

## OS ARMADORES DE IGREJAS NO PORTO NO SÉCULO XX

Utilizando uma fonte semelhante aos almanaques do século XIX, os anuários comerciais e industriais, obtemos a reconstituição da atividade de armadores de igrejas, no Porto, entre as décadas de 1930 e 1970 que parece refletir novos percursos e atividades:

**Tabela 2.** Lista de armadores de igreja no Porto no século XX (~1930~1970)

N.º	Nome	Endereço do estabelecimento	1938	1943	1962	1974
<b>31</b>	A Funerária de Campanhã – N. Cunha Melenas	Rua de Frei Heitor Pinto, 20			×	
<b>32</b>	A. Carvalho	Rua de Belomonte, 56	×			
<b>33</b>	A. Carvalho, Sucrs.	Rua D. Manuel II, 20-22		×		
<b>34</b>	Agência Popular de Funerais, Ltd.	Rua Fernandes Tomaz, 924	×			
<b>35</b>	Alberto Dias da Silva	Rua de S. Bartolomeu, 8 Rua de Cadouços, 85 (1944)	×	×		
<b>36</b>	Alberto Pereira Casa Alberto Pereira (Alberto Pereira, Filhos) 1944 Alberto Pereira, Filhos 1963	Rua das Oliveiras, 44	×	×	×	
<b>37</b>	Albino M. Alves	Largo do Campo Lindo, 43				×
<b>38</b>	Anselmo António Lages	Rua da Senhora da Luz, 302 Rua Paraíso da Foz, 5 (1974)	×	×	×	×
<b>39</b>	Artur Dança, Suc. Artur Dança, Suc. (Manuel Mendes Castilho)	Rua Justino Teixeira, 111	×	×	×	×

(continua na página seguinte)

N.º	Nome	Endereço do estabelecimento	1938	1943	1962	1974
40	Artur Fontes	Rua da Condominhas, 574				×
41	Carlos Alberto Pinto de Barros	Rua de Santa Catarina, 664	×	×		
42	Carlos Vieira	Praça da República, 142-144			×	×
43	Casa Caterna – Serafim José Xavier Antiga Casa Caterna (1944) Alberto Xavier (1974)	Campo dos Mártires da Pátria, 133	×	×		×
44	Companhia Funerária e Decorativa Portuense	Rua de Santa Catarina, 436 (432- 438) 1944	×	×	×	×
45	Empresa de Funerais e Decorações, Ltd. (antiga Casa Patrício)	Rua dos Caldeireiros, 223	×			
46	Funerária da Boavista José da Costa (1974)	Praça de Mouzinho Albuquerque, 173, 1.º			×	×
47	Funerária do Norte, Ltd. <sup>a</sup>	Rua do Paraíso, 213			×	×
48	Funerária Mutualista	Rua do Paraíso, 217	×	×		
49	Henrique Vieira Borges	Rua Mártires da Liberdade, 270	×	×		
50	J. Cerqueira & Irmão	Rua Coelho Neto, 19	×	×	×	×
51	Jaime Augusto da Silva & C. <sup>a</sup> Sucr.	Rua dos Caldeireiros, 233	×	×	×	×
52	José Joaquim Lourenço	Rua 9 de Julho, 292	×			
53	José Maria Costa e Sá & José Tavares	Rua de Costa Cabral, 249		×		
54	José Maria da Silva, Sucrs.	Largo da Cidade, 32 Rua de Entreparedes, 47 (1963)	×	×	×	×
55	M. P. França, Sucr. (Álvaro Moutinho) 1944	Rua de S. Roque da Lameira, 1247	×	×	×	×
56	Neves, Santos & Moura, Ltd.	Rua de Costa Cabral, 2104				×
57	Olímpio Castilho	Rua do Rosário, 19 e Rua das Condominhas, 789 (1944)	×	×	×	×
58	Perfeito de Oliveira	Rua Senhora da Luz, 185				×
59	Ramos & Barros António Moreira Ramos (1963) Moreira Ramos Ltd. <sup>a</sup> (1974)	Praça do Exército Libertador, 86	×	×	×	×
60	Viúva Marques Pinheiro & Filho, suc. Joaquim Marques Pinheiro Joaquim Martins Marques Pinheiro (sucessor de Viúva Marques Pinheiro & Filho)	Rua do Heroísmo, 201	×	×		

Fonte: Aragão, dir., e Vasco, coord., 1938; Aragão e Vasco, dir., 1943; Póvoas, dir., 1962; Póvoas, dir., 1974

O que na Tabela 2 salta à primeira vista é o número (quarenta) de casas e estabelecimentos acima do valor (trinta) identificado para o século XIX. Notamos, em seguida, o desaparecimento dos apelidos mais comuns entre os armadores de igrejas de

Oitocentos. Dos constantes apelidos registados ao longo da segunda metade do século XIX só o de Caterna permanece na centúria seguinte associado ao Campo dos Mártires da Pátria, onde se encontrava na década de 1890.

Aliás, se fizermos uma comparação entre a localização das casas do século XIX com as do século XX, aferimos de mudanças substanciais: entre o final do século XIX e o primeiro quartel da centúria seguinte verifica-se um corte quase absoluto entre as localizações dos estabelecimentos antigos e novos. Na verdade, o único negócio que documentámos em 1892 e ainda ativo em 1939 (até 1974), para além da já referida Casa Caterna (que, entretanto, passara a Serafim José Xavier) é o de Jaime Augusto da Silva & C.<sup>a</sup> Sucr., na Rua dos Caldeireiros, n.º 233.

Também a geografia paroquial das casas de armadores de igreja se altera na mudança de século. Se, na segunda metade de Oitocentos, elas se distribuem maioritariamente pelas freguesias de Vitória (onze) e Sé (sete), já entre 1939 e 1974, os anuários apontam para novas localizações em Cedofeita (onze) e Santo Ildefonso (oito), com o surgimento de negócios em Bonfim, Campanhã, Foz do Douro, Lordelo do Ouro e Paranhos. É possível que esta mudança espelhe a expansão da cidade fora de muralhas, mas uma observação atenta da localização dos novos estabelecimentos revela a sua implantação próxima às igrejas e cemitérios das freguesias periféricas da cidade antiga (Carvalhido, Agramonte e Paranhos).

Não parece ocorrer, assim, — como o sugeriu Sousa Viterbo — o desaparecimento da atividade, mas antes a sua metamorfose. A designação de armador permanece, mas abandonando a função principal de ornamentador de igrejas e derivando na de agente funerário. Há também algumas especializações, relacionadas com o trabalho de estofamento de móveis, por exemplo — satisfazendo um mercado não religioso. Do adorno ou cenografia das igrejas, para o trabalho funerário ou para a decoração de espaços mundanos, a armação adapta-se aos novos tempos de secularização.

## O PERFIL DO ARMADOR

Embora encontremos referências a armadores na literatura e na memorialística do Porto do século XIX, como as que deixaram Alberto Pimentel, Camilo Castelo Branco e José Saraiva — que alude ao «grande caudilho regenerador Borges Armador» (Saraiva 1933, pp. 159-160) —, é através de outras fontes, como os testamentos, que sabemos mais sobre estes homens, a sua família e estatuto social.

No Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP. Testamentos) encontramos os testamentos dos seguintes armadores de igrejas a laborar na cidade do Porto entre os séculos XIX e XX: António dos Santos (testa em 1910), António José Patrício (1893), Delfim da Cruz Lima (1887), Domingos José Moreira Lisboa (1846), Francisco de Oliveira Monteiro (1900), João Baptista do Amaral (1910), Joaquim José Moreira Lisboa (1876), José da Silva (1884), José de Almeida Guedes (1901), José dos Santos Moreira (1891) e Rita da Conceição Caterna (1892).

Infelizmente, apesar de abundantes na referência a bens e legados, os testamentos dizem-nos pouco sobre a origem geográfica e social destes armadores. É necessário cruzar esta fonte com os registos paroquiais, procurando nos assentos de óbitos a sua naturalidade e filiação. Nas disposições testamentais dos onze elencados, apenas encontramos referência à naturalidade de um dos armadores. Trata-se de João Baptista do Amaral, natural de Santo Ildefonso. Todavia, a partir de uma busca nos assentos paroquiais ficámos a saber que, embora a maioria dos armadores com testamento fosse natural do Porto, cinco eram de fora da cidade: José da Silva, de Santa Clara do Torrão; José dos Santos Moreira, de Moreira da Maia; Delfim da Cruz Lima, de Valongo; Domingos José Moreira Lisboa, de Santa Marinha e Rita Caterna, de Vila Nova de Gaia.

Nem todos os testamentos são claros quanto à extensão e valor dos bens dos armadores, mas a disposição de legados, o número de missas por alma e a existência do próprio documento constituem indicadores de um estatuto social elevado dos armadores. Também a referência simultânea à qualidade de proprietário com a de armador, como no caso de António José Patrício (Tabela 1, n.º 2), confirma o estatuto superior ao de outros negociantes (AHMP. Testamentos, A-PUB/5359, fls. 74v-78v). Este era, em 1846, bibliotecário da Academia Politécnica do Porto (*Directorio civil [...] 1846*, p. 65). Foi avô do conhecido político António Patrício e do padre Francisco José Patrício.

Um dos testamentos mais interessantes, pela descrição dos bens e pela referência ao destino dos legados, é o de Francisco de Oliveira Monteiro (Tabela 1, n.º 8) falecido em 1900 que, como vimos, tinha casa na Rua Chã, em finais do século XIX. Solteiro e sem descendentes, Francisco dispôs de vários bens, como a sua coleção de «armas africanas e portuguesas», que deixou ao Barão do Candal e o seu «estabelecimento de armador», que entregou a José de Almeida, morador da Rua de Trás (AHMP. Testamentos, A-PUB/5125, fls. 20-22v).

O piano do armador Joaquim José Moreira Lisboa (Tabela 1, n.º 13) foi deixado à sua filha Isabel Augusta, que o comprara com o «producto das suas economias no trabalho de fazer flôres de seda, e outras prendas lucrativas». Declarava mais que, até às segundas núpcias, tinha «dispendido [...] mais de dois contos de reis em damascos, baetas e outros objectos» da sua «profissão d'armador» (AHMP. Testamentos, A-PUB/5125, A-PUB/5255, fls. 12v-19). Esta referência contribui para completar o perfil do armador como investidor com capital e figura notável entre a elite urbana, que lidava com produtos caros e de aparato. A integração em irmandades e ordens e o sepultamento em jazigos são outros elementos que cimentam este perfil de elite.

José da Silva (Tabela 1, n.º 20), morador à Rua dos Caldeireiros, deixava a terça disponível dos seus bens ao filho, José Augusto, «pelo muito que me tem auxiliado e contribuído para fazer desenvolver o meu estabelecimento d'armador no estado em que se acha» (AHMP. Testamentos, A-PUB/5289, fls. 94v-99). Uma das suas filhas, Emília Augusta da Silva, era casada com o armador António José Patrício da mesma rua. Entre os bens deste armador, contavam-se anéis com brilhantes, um relógio de ouro e propriedades em Gueifães.

## O TRABALHO DE ARMAÇÃO



**Fig. 1.** Recorte de fatura, c. 1883

Fonte: Coleção de Nuno Resende

Uma das dificuldades com que se deparou Maria João Pacheco Ferreira no seu estudo sobre os armadores de Lisboa, foi a da «escassez de fontes visuais que ilustrem o recurso a armações em contexto português» (Ferreira 2017, p. 122). De facto, ao contrário de outros ofícios, não se conhecem (ou são raros, como os publicados em Ferreira-Alves 2004), para o trabalho de armação, desenhos e outras visualidades que ajudem a ilustrar e compreender esta atividade, nomeadamente na relação com as arquiteturas e com o património cultural integrado, como a retabulística.

Pelas fontes escritas depreendemos que o trabalho dos armadores se alicerçava numa relação próxima com os patrimónios edificado e integrado, dependendo deste e das suas características formais — técnicas, materiais, cromáticas, etc. A ornamentação pressupunha um diálogo com as morfologias da retabulística e com as arquiteturas, dispondo elementos móveis tendo em conta as suas condicionantes espaciais, elementos preexistentes, e naturalmente, com a liturgia.

Embora referente a uma casa de Lisboa, o cabeçalho de uma folha de carta mostra-nos a próxima relação entre têxteis e retabulística (Fig. 1). Ao modo de cortinados, têxteis franjados e com borlas pendem dos áticos e dos remates em talha. Porém, a referência nos documentos a andores e outro mobiliário — desde alfaias litúrgicas a objetos de uso comum — indica que o trabalho de armação deveria ser mais complexo do que o da simples ornamentação ou disposição de elementos no espaço e na retabulística e passaria pela construção ou adaptação de arquiteturas efémeras e mobiliário, como andores, essas, féretros e catafalcos (Fig. 4, imagem da direita).

Na escritura de constituição para a sociedade de armadores entre Manuel José dos Santos Leite (Tabela 1, n.º 23) e José dos Santos Maia, refere-se como funções principais da mesma a «armação de vermelho e preto, de Caixão, hábitos, andores e Lustres e todos os mais serviços de armador». Mais à frente, indica-se «que no activo da sociedade não se compreendem dous andores de talha dourada, que existem no estabelecimento social, porque pertencem so a elle outorgante Manoel dos Santos Leite» (ADP. *Notariais*, liv. 630, 8.º cartório, fls. 74v-75). Esta sociedade tinha dois estabelecimentos, um à Praça do Exército Libertador, n.º 70, onde morava José dos Santos Maia e outro no lugar das Carvalhas, em Gueifães, de onde eram os restantes outorgantes.

Embora a pintura, o desenho e a gravura já reproduzissem o interior das igrejas e, em alguns casos, a sua ornamentação temporária, como refere Alberto Pimentel em relação à pagela que viu na Misericórdia do Porto, foi graças à fotografia que, a partir da década de 1840, se difundiu uma imagem mais detalhada do interior dos templos. A profusão de adornos, como os têxteis, os círios e as alfaias litúrgicas, aparece amiúde em fotografias anteriores à década de 1950.

Entre as fotografias de interiores de igrejas, encontram-se algumas que captaram o trabalho de armadores ou que o visaram especificamente. Para o presente trabalho, procuramos na primeira fotografia avulsa (~1840~1920) e na imagem fotográfica da imprensa, reproduções dos interiores de igrejas que mostrassem armações. Ao contrário do que se poderia esperar, estas reproduções são comuns e parecem atestar a importância de tais trabalhos.

Na *Ilustração Catholica*, publicada entre 1914 e 1919, encontramos várias imagens (Fig. 4) de armações em igrejas do norte do país, sobretudo em Braga, onde estava sediado aquele periódico. Interessaram-nos, naturalmente, as do Porto.

Por outro lado, ao longo dos últimos anos, fomos adquirindo para o nosso acervo fotográfico várias provas que mostram o trabalho de armadores. Uma das mais notáveis, é a que regista um trabalho na Igreja de São José das Taipas (Fig. 2). Embora desconhecida a sua autoria, pode inferir-se ser encomenda de um armador portuense que desejava promover o seu trabalho. A imagem apresenta-nos uma complexa disposição de elementos artificiais e naturais num retábulo lateral daquela igreja.

Nesta imagem verificamos que a ornamentação é muito variada e polimatérica, passando pela utilização de têxteis e passamanarias que, ao modo de cortinas, pendem do entablamento, do ático do retábulo e no camarim, até à disposição de lustres no teto da capela, plintos que sustentam candelabros, e tapetes sobre os quais se expõem vasos com flores e plantas. Na banquetta, para além da disposição habitual do crucifixo e das velas que o ladeiam, vários círios e flores em pequenas jarras criam uma verdadeira cenografia vegetal.

Embora a fotografia destaque o retábulo é possível observar que o trabalho de ornamentação se estende lateralmente à porta, à esquerda, e ao púlpito, à direita. Da sanefa colocada acima da porta que dá acesso à sacristia pendem cortinados e, sobre a mesma, palmas ou palmitos de flores (artificiais?). O púlpito apresenta-se



**Fig. 2.** Altar na Capela das Almas (Porto). Digitalização de positivo fotográfico [s.d.]. APIF-NR [Arquivo Particular de Imagem Fotográfica Nuno Resende]



**Fig. 3.** Armação funerária na Igreja dos Congregados (Porto). Digitalização de positivo fotográfico sobre cartão [s.d.] [c. 1903]. APIF-NR

revestido exteriormente por tecidos adamascados e o vão que lhe dá acesso com cortinas que pendem das sanefas, assim como o varandim que o sobrepuja. Vasos com palmitos de flor marcam um ritmo que parece imitar o dos pináculos.

De facto, grande parte do trabalho de ornamentação parece apropriar-se da gramática arquitetónica e retabulística, na forma como são dispostos os têxteis, prolongando os efeitos e formas nas/das sanefas de talha e mimetizando elementos como os pináculos e urnas, nos vasos e palmitos distribuídos sequencialmente. Todo o trabalho na Capela de São José das Taipas prima por uma cuidada simetria, na colocação dos elementos e na sua distribuição pelo retábulo.

Outra prova de grandes dimensões, e que talvez servisse de mostruário comercial ou elemento publicitário à casa da Viúva Marinho (Tabela 1, n.º 30), mostra uma complexa estrutura erguida dentro da Igreja dos Congregados (Fig. 3). Em legenda manuscrita indica tratar-se do «Funeral de António Baptista Ferreira Leão, a 9 de Fevereiro de 1903 na igreja dos Congregados». Pelo seu assento de óbito, a 7-2-1903, sabemos ter sido um importante capitalista, morador na Rua da Rainha (ADP. *Paroquiais*, Freguesia de Cedofeita, G/31/1/1-4.2, fl. 24).

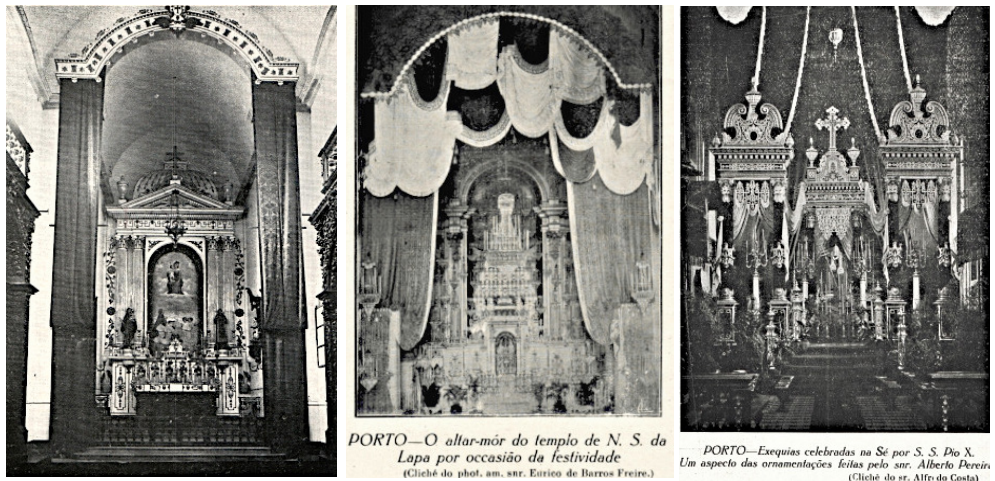
Na referida revista *Ilustração Catholica* encontramos sinais do vigor que a atividade de armação de igrejas continuou a demonstrar ao longo do primeiro quartel do século XX. É possível, aliás, que este trabalho com o seu efeito cenográfico produzisse no espírito dos fiéis um sentimento de arrebatamento e sublimidade, mercê da dimensão das armações, da profusão de cores, texturas, materiais dos elementos dispostos — num

trabalho muito semelhante ao de uma cenografia teatral. Assim se compreendem as referências de Alberto Pimentel e de Camilo à fama de tais trabalhos. Se a diversidade de elementos é observável na primeira fotografia (Fig. 2), a policromia dos materiais, infelizmente, só a podemos pressentir através das gradações de cinza que a fotografia a preto e branco permite visualizar. Infelizmente não lográmos identificar, ainda, nenhuma prova fotográfica a cores com trabalhos de armação na cronologia em estudo.

Nos quatro exemplos de imagens fotográficas apresentadas abaixo, o que nas composições sobressaem são os têxteis de grande dimensão, dispostos ao modo de cortinados, em forma de dossel, sobrepondo pilastras, suspensos de entablamentos ou servindo de emolduramento e continuidade das formas da retabulística e das arquiteturas. Também os lustres, luminárias em candelabros e tocheiros apresentam-se em grande número nas armações. Na Figura 4, uma estrutura do tipo catafalco, disposta em três corpos, encontra-se atribuída na legenda da imagem ao armador Alberto Pereira (Tabela 2, n.º 36).

Um elemento que não é referido na documentação e aparece em abundância nas fotografias de armações do Porto é o vegetal. Através das fotografias vemos que vasos de flores e de plantas de várias espécies integram os trabalhos dos armadores. Se é certo que, em documentação, aparecem referências a flores de papel e de seda, terá em algum período havido uma mudança que tenha incorporado a vegetação natural ou ela sempre fez parte das armações?

Em todo o caso, é importante refletir sobre este aspeto, numa cidade em que a floricultura desempenhava, no século XIX, um papel primordial, quer na difusão de plantas de interior quer no desenho dos jardins públicos.



**Fig. 4.** Composição=. Reproduções de imagens fotográficas na *Ilustração Catholica* ([AA.VV.] 1913-1919). Armações em igrejas do Porto (1914-1916): da esquerda para a direita: Igreja do Colégio dos Órfãos (1914); Igreja da Lapa (1914); Exéquias na Sé do Porto (1916)

Pelas fotografias de trabalhos de armação (Fig. 4) verificamos que a retabulística é um elemento principal no trabalho de armação, se não mesmo, o cenário ou palco para a exposição dos elementos. A disposição dos têxteis: cortinados, passamanarias, cordões, etc., faz-se, em grande parte, a partir dos retábulos e em diálogo com os elementos em talha. Complementa-a e expande-a se pensarmos nas características técnicas e iconográficas da talha, utilizando o relevo, o estofado e a pintura para representação de superfícies têxteis — esta relação encontra-se bem patente nas descrições de armações do período moderno, através das soluções usadas, mas também do próprio vocabulário empregado para as descrever, como salientou Maria João Pacheco Ferreira.

Por outro lado, a talha parece constituir um elemento individual do trabalho dos armadores, estando presente em estruturas temporárias e em móveis associados aos serviços funerários, como as essas. É natural que estas estruturas fossem executadas por carpinteiros e entalhadores, mas, provavelmente, sob a direção dos armadores de igrejas. Tornavam-se, depois de executados, elementos reutilizáveis nas várias festividades ou, sendo de grande dimensão, desmontados e armazenados nos estabelecimentos — dotados certamente de espaço para tal, como notou Maria João Pacheco Ferreira para a Lisboa seis e setecentista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A armação de igrejas constituiu, até ao século XX, uma das principais atividades relacionadas com o mundo festivo e comemorativo, sobretudo religioso. Tratava-se de um complexo trabalho de articulação entre vários ofícios e matérias, no sentido de congregar tecidos, objetos de menor ou maior dimensão e diversos materiais, tais como plan-tas, círios, tapetes e móveis, e mesmo máquinas ou grandes estruturas, numa vasta composição cenográfica.

Este trabalho, que exigiria vasta mão de obra, produzia cenários e estruturas efémeras que estimulavam os sentidos da visão, do olfato e do tato para criar verdadeiros espetáculos de luz, cor e texturas.

A fotografia permite resgatar, ainda que num momento de transformação desta atividade, a representação das armações que hoje apenas podemos reconstituir através destas imagens. No trabalho de armação, a retabulística desempenha, ainda, o papel de suporte, mas também de extensão e complemento às qualidades iconográficas dos tecidos, flores, tapetes e de outros elementos que se expunham em verdadeiros mostruários de objetos. Mas, o trabalho de armador, entrado o século XIX, parece distanciar-se do património integrado e autonomizar-se como criação própria, entre escultura e arquitetura.

A figura do armador de igrejas parece metamorfosear-se perante a cada vez mais reduzida encomenda da Igreja, mercê do seu enfraquecimento social e económico, depois de 1911, quando a nova República Portuguesa definiu a separação com o Estado, tomando para si a administração dos edifícios e o controlo do culto.

Todavia, os armadores voltaram-se para a celebração da morte, investindo nos encargos fúnebres, que incluíam o momento do velório, em alguns casos, verdadeiro teatro funerário que exibia as posses e as qualidades sociais do falecido.

Findo este trabalho de reconhecimento e análise dos armadores e trabalho de armação de igrejas no Porto, nos séculos XIX e XX, importa deixar algumas pistas para investigações futuras, nomeadamente quando à relação destes oficiais com uma plêiade de outros artistas e artífices, tais como entalhadores, cerieiros, fabricantes de flores de papel, ceramistas, produtores de tecidos, entre outros. Importa, aliás, questionar a existência de atividades-satélite em torno da armação de igrejas, nomeadamente casas para venda de artigos para armadores e outros artigos religiosos.

E, finalmente, importará refletir sobre o impacto, direto ou indireto, que o trabalho de armação deixou nas outras artes e cenografias da cidade, desde o desenho, à escultura e à pintura, passando pelo vitrinismo, à decoração de interiores e até, mesmo, possivelmente, à cenografia dos teatros.

## FONTES

### FONTES MANUSCRITAS

#### **Arquivo Distrital do Porto**

ADP. *Notariais*, liv. 630, 8.º cartório, fls. 74v-75.

ADP. *Paroquiais*, Freguesia de Cedofeita, G/31/1/1-4.2, fl. 24.

#### **Arquivo Histórico Municipal do Porto**

AHMP. *Testamentos*, A-PUB/5359, fls. 74v-78v.

AHMP. *Testamentos*, A-PUB/5125, fls. 20-22v.

AHMP. *Testamentos*, A-PUB/5125, A-PUB/5255, fls. 12v-19.

AHMP. *Testamentos*, A-PUB/5289, fls. 94v-99.

### FONTES PUBLICADAS

[AA.VV.], 1913-1919. *Ilustração Catholica: revista litteraria semanal de informação graphica*. Braga: Antonio José de Carvalho.

ARAGÃO, Manuel Osório de, e João Pimenta de Castro Pereira VASCO, dir., 1943. *Indicador Comercial e Industrial. Ano de 1944*. Porto: Anuários de Portugal Limitada.

ARAGÃO, Manuel Osório de, dir., e João Pimenta de Castro Pereira VASCO, coord., 1938. *Indicador Comercial e Industrial. Ano de 1939*. Porto: Anuários de Portugal Limitada.

Armador. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [Em linha]. 2008-2024 [consult. 2025-04-04]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/armador>.

BLUTEAU, Rafael, 1712. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, vol. I.

CASTELO BRANCO, Camilo, 1886. *Vulções de Lama* [Volcoens de Lama]. Porto: Livraria Civilização.

*Directorio civil, politico, commercial, historico, e estatistico da cidade do Porto e Villa Nova de Gaya* [...]. Porto: Typ. Commercial, 1846.

- LAEMMERT, Henrique, e Eduardo LAEMMERT, ed., 1856. *Almanak administrativo mercantil e industrial da corte e provincia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert.
- PAIVA, A. G. Vieira, 1891. *Almanak do Porto e seu Districto*. Porto: A. G. Vieira de Paiva – editor.
- PAIVA, A. G. Vieira, 1880. *Almanak do Porto e seu Districto para 1881*. Porto: A. G. Vieira de Paiva – editor.
- PEREIRA, Firmino, 1914. *O Porto doutros tempos*. Porto: Livraria Chardron.
- PIMENTEL, Alberto, 1893. *O Porto ha trinta annos*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, editores.
- PÓVOAS, António Manuel de Sousa, dir., 1962. *Indicador Comercial e Industrial 1963*. Porto: Anuários de Portugal Limitada.
- PÓVOAS, António Manuel de Sousa, dir., 1974. *Indicador Comercial e Industrial 1974-75*. Porto: Anuários de Portugal Limitada.
- [S.a.], 1823, [sem título]. *Gazeta de Lisboa*. 1823-10-28, (255), 1650.
- SARAIVA, José, 1933. *À porta do Lino*. Famalicão: [Tip. Minerva de Gaspar P. de Sousa & irmão].
- SOUSA, J. L., ed., 1854. *Almanak commercial judicial e administrativo do Porto e seu districto*. Porto: Typ. de J. L. de Sousa.

## BIBLIOGRAFIA

- COSTA, Agostinho Rebelo da, 1788. *Descrição topografica, e historica da Cidade do Porto*. Porto: na Oficina de Antonio Alvarez Ribeiro.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., 2004. Formas de arte efémera no duplo consórcio Bragança-Bourbon em 1785. *Ciências e Técnicas do Património: Revista da Faculdade de Letras*. 1.ª Série, III, 95-108.
- FERREIRA, Maria João Pacheco, 2018. A desaparecida Igreja de Nossa Senhora da Divina Providência de Lisboa. Contributos para uma memória visual do seu interior no ano de 1712. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Jan.-jun. 2.ª Série, (9), 63-79.
- FERREIRA, Maria João Pacheco, 2017. Das armações e do ofício de armador na cidade de Lisboa nos séculos XVII e XVIII. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Jan.-jun. 2.ª Série, (7), 113-136.
- FERREIRA, Maria João Pacheco, 2011. *Os têxteis chineses em Portugal nas opções decorativas sacras de aparato (séculos XVI-XVIII)*. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, org., e João Castel-Branco PEREIRA, coord., 2000. *Arte efémera em Portugal*. Lisboa: F.C.G.
- IGREJA CATÓLICA, 1968. *Concílio Ecuménico Vaticano II: Constituições, Decretos, Declarações: sinopse*. Braga: Editorial A. O.
- HOUAISS, António, e Mauro VILLAR, 2003. Armador. Em: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas & Debates, tomo III, p. 814.
- MILHEIRO, Maria Manuela de Campos, 2003. *Braga: a cidade e a festa no século XVIII*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais.
- ROMÃO, Laura Portugal, e Sandra Costa SALDANHA, 2020. Manual de boas práticas de conservação preventiva de bens culturais da Igreja. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja.
- TEDIM, José Manuel Alves, 1999. *Festa régia no tempo de D. João V*. Tese doutoramento em História da Arte, Universidade Portucalense, Porto.
- VITERBO, Sousa, 1892. *Artes e artistas em Portugal: contribuições para a história das artes e industrias portuguesas*. Lisboa: Livraria Ferreira.